

Agrônomo

JORNAL DO ENGENHEIRO

ANO 45, Julho/Agosto de 2017, nº 296



Mala Direta
Básica
991239012002016-08SP-PUI/SP
AEASP
Correios



INSEGURANÇA

Criminalidade na zona rural
expulsa produtores do campo

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA ECT

Matéria de Capa 6

Criminalidade ronda zona rural



Entrevista 10

José Maria Ferreira Jardim da Silveira

Destaque 16

Humberto Pereira e a campanha publicitária que sacudi o agronegócio

Notícias agro 3

Artigo | Ondino Cleante Bataglia 4

Artigo | Túlio Teixeira de Oliveira 5

Acontece | Legado reconhecido 12



Avaliando os acontecimentos significativos que estamos vivendo, fica evidente para mim a necessidade imperiosa da participação dos cidadãos em entidades representativas, principalmente nos locais onde vivem.

Assim, o engenheiro agrônomo precisa estar presente nos mais diversos setores da sociedade, participando como cidadãos atuantes, marcando sua contribuição através dos conhecimentos agrônômicos nos projetos de melhoria de qualidade de vida e sustentabilidade do planeta.

É indiscutível a vocação do Brasil como grande fornecedor de alimentos, fibras e energia renovável para a humanidade. Essa vocação não se concretiza só no meio rural, como parte da nossa sociedade imagina, mas também conta com a participação intrínseca de setores da área urbana.

Essa interação também é evidente quando abordamos as profissões. Ao analisarmos o setor responsável pelo saldo positivo da balança comercial brasileira, vemos com clareza a participação de todas as profissões da área tecnológica.

A sociedade brasileira como um todo precisa se movimentar no sentido de resgatar os valores mínimos necessários para que, como cidadãos civilizados, possamos ter uma vida digna.

Nesta edição abordamos uma situação extremamente preocupante relativa à segurança no meio rural. Com certeza isso tem reflexo importante na vida de toda sociedade.

O XXX Congresso Brasileiro de Agronomia - CBA, que acontecerá em setembro próximo em Fortaleza-CE, terá a Segurança Hídrica como tema principal. Além de discutir o assunto na área agrônômica, será uma preparação da categoria para participar e contribuir no 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá no Brasil em 2018.

Também nesse XXX CBA trataremos de assuntos que envolvem a nossa profissão. A presença e a participação de grande número de colegas é desejável. Aproveitamos para estimular a inscrição dos colegas nesse evento, que propicia também a oportunidade de desfrutar da aprazível cidade litorânea.

Boa leitura!

Engenheiro agrônomo Angelo Petto Neto

Fazendas contratam

A expansão contínua do setor agrícola e a chegada de investidores têm forçado as fazendas a adotarem uma postura até então pouco conhecida e habitual ao negócio: contratar profissionais especializados na gestão de latifúndios. Esse movimento tem sido detectado pela Michael Page, empresa líder mundial em recrutamento executivo de média e alta gestão, parte do PageGroup. De acordo com a consultoria, a procura por esse tipo de profissional aumentou em 75% no primeiro semestre em relação ao mesmo período anterior.

“O gerente de fazenda é uma figura relativamente nova no cenário agro. É um gestor com competências técnicas e comportamentais capaz de lidar com as principais atividades que um negócio como esse exige: capacidade de desenvolver fornecedores, atuar na gestão financeira e cuidar de novos negócios. É um profissional capaz de trazer uma dinâmica nova às operações que as fazendas tradicionais não estão habituadas a praticar, marcadas especialmente pela governança familiar”, explica Marcelo Botelho, gerente do setor de agronegócio da Michael Page.

O salário de um profissional desse porte pode variar de R\$ 8 mil a R\$ 20 mil, dependendo do tamanho e da complexidade da operação. Entre as funções exigidas para um cargo como esse, é necessário que o executivo gerencie tecnicamente o cultivo, que cada vez se torna mais complexo e diversificado com o advento do conceito de integração lavoura/pecuária e até mesmo floresta nos grandes latifúndios. “Infelizmente, ainda há poucos profissionais qualificados para assumir essas funções e algumas instituições de ensino têm buscado aprimorar o seu leque de especializações no setor agro, atraindo executivos de outras áreas, oferecendo cursos complementares para esse nicho”, conta Botelho.

Os tipos de culturas que mais têm buscado esse tipo de profissional estão relacionados à fruticultura, silvicultura, fazendas mistas e de hortaliças. Outra posição que tem sido bastante demandada no agronegócio são os RTVs (Representante Técnico de Vendas), executivos que consigam aproximar os fornecedores de insumos/serviços do produtor rural.

Despedida

A AEASP presta honras aos colegas que nos deixaram e oferece condolências às suas famílias

Faleceu aos 78 anos, na cidade de Poços de Caldas (MG), no dia 9 de julho, o engenheiro agrônomo Luiz Sérgio de Paiva Pereira. Ele se formou pela ESALQ-USP, turma de 1961, e era conhecido entre os colegas pelo apelido de Baleia. Ao longo de sua carreira, trabalhou com café, sendo um *expert* da produção até a exportação do produto.

Participou de muitas comissões, tanto na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo como no Instituto Brasileiro do Café (IBC). Deixa a esposa, Maria Lúcia, uma filha e dois filhos, sendo o mais velho o engenheiro agrônomo Sérgio Pereira, técnico de cafeicultura do IAC.

Fundador da Editora Ceres, a primeira e mais importante editora especializada em livros técnicos para a agronomia, José Peres Romero morreu, aos 88 anos, na cidade de Ouro Fino (MG), em 26 de julho de 2017. Formado pela ESALQ-USP, em 1952, ele deixa cinco filhos e oito netos.

José Peres nunca se deixou levar pelo interesse meramente comercial, por isso a Editora Ceres, ao longo de seus 62 anos, só lançou títulos cujo conteúdo fosse aprovado por seu dono. Em virtude desse rigor, a qualidade de suas publicações era reconhecida pelo meio agrônomo.

Faleceu em 26 de julho de 2017, aos 92 anos, o dr. Shiro Miyasaka. Nascido na cidade da Hokkaido, norte do Japão, chegou ao Brasil com 8 anos e se tornou o primeiro japonês a se doutorar em agronomia no país. Trabalhou em locais como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e IAC (Instituto Agrônomo de Campinas). O engenheiro agrônomo ajudou a introduzir e aclimatar a cultura da soja no Brasil e era uma referência em agricultura agroecológica.

Agenda do presidente

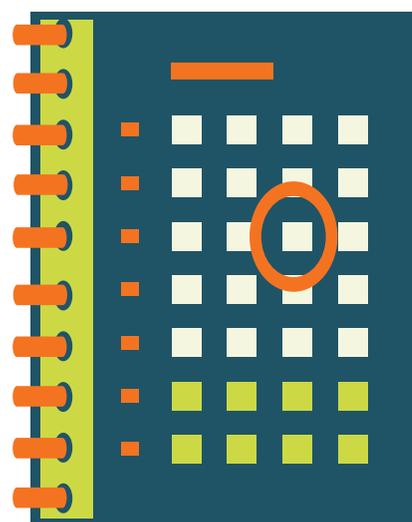
Além das atividades pertinentes à Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), o presidente, Angelo Petto Neto, está ligado a diversas outras entidades do meio agrônomo, por isso mantém uma agenda repleta de compromissos com o setor.

Como coordenador do Colégio de Entidades Nacionais (Cden), composto por 28 entidades nacionais, credenciadas junto ao Confea, tem trabalhado dentro do Congresso Nacional no acompanhamento das legislações que afetam o exercício da engenharia agrônoma.

Recentemente, esteve na Costa Rica, em uma reunião da União Panamericana de Asociaciones de Ingenieros (Upadi), como vice-presidente da região sul da

Associação Panamericana de Engenheiros Agrônomos (Apia). “Estivemos lá para marcar a presença da engenharia agrônoma e, principalmente, para estreitar o relacionamento entre as diferentes áreas da engenharia. O agronegócio sem a participação de toda a cadeia de engenharia praticamente não poderia existir”, explica Petto.

Ele também tem sido assíduo nos eventos preparatórios do 8º Congresso Mundial de Água e Energia, que ocorrerá em Brasília em 2018. Como presidente da Confaeab, Petto ainda tem tido participação ativa na formatação do XXX Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA), que ocorrerá em Fortaleza (CE), entre os dias 12 e 15 de setembro próximo.



O agrônomo e o agricultor

Por

Ondino Cleante Bataglia

O sensacional desempenho do agronegócio brasileiro tem tudo a ver com esses dois profissionais. Quando eles atuam em conjunto, nada supera a eficiência produtiva no campo e nos segmentos das cadeias produtivas de alimentos, fibras e matérias-primas as mais diversas.

A sociedade em geral, a mídia e até muitos profissionais da agronomia são influenciados pela interpretação errada do termo agronegócio, associado quase sempre apenas aos grandes negócios da produção de soja e milho.

O que ainda se vê no meio rural é uma intensificação do uso de modernas tecnologias e automação por um número limitado de produtores que têm acesso ao conhecimento. A grande maioria, em especial os pequenos agricultores, tem acesso muito limitado ao conhecimento e às novas formas de produção.

Recentemente, em uma feira de tecnologia para hortifrúti ocorrida em Holambra (SP), tive a oportunidade de atender um número expressivo de pequenos produtores no estande da Conplant. Eles estavam deslumbrados com tantos produtos e serviços disponíveis, mas, ao mesmo tempo, desiludidos por não terem qualquer assistência para selecionar as melhores opções.

Essa preocupação vem de longe. Acredito que, no Brasil inteiro, o que vemos é um gradual afastamento do Estado da assistência técnica ao produtor rural. Hoje não erramos em afirmar que esse serviço não é prestado pelo governo ao pequeno produtor.

Temos então no campo, por um lado, uma enormidade de possíveis clientes e, de outro, milhares de engenheiros agrônomos formados anualmente nas centenas de escolas de agronomia em todo o país. Muitos deles têm como única opção para atuar profissionalmente serem vendedores de lojas ou empresas. Muitas vezes, essa é a única possibilidade de assistência ao alcance dos agricultores.

Já os grandes produtores têm acesso aos especialistas e assim conseguem produzir com muito mais segurança e sustentabilidade. Será que

o pequeno produtor deve se conformar em ficar sem assistência? Ou, se organizado, poderia participar de forma coletiva e conseguir esse apoio?

É fundamental a organização dos agricultores e dos agrônomos. Todos sabemos que as cooperativas e associações poderiam ser uma saída para esse dilema. Os engenheiros agrônomos estão preparados para liderar produtores. O Estado deve também participar oferecendo a estrutura disponível nas próprias Secretarias de Agricultura para ajudar a oferecer os serviços essenciais de treinamento, defesa agropecuária, entre outros. A exemplo de outros profissionais, como médicos, os técnicos em agronegócio poderiam criar suas próprias cooperativas.

E a pergunta de sempre: quem paga a conta?

Aí vem a criatividade. Na Espanha, por exemplo, uma parte dos financiamentos bancários paga a assistência técnica. Na Holanda e em alguns Estados americanos, a pesquisa e a difusão da tecnologia são bancadas por uma fração dos produtos vendidos. E o produtor deve pagar a parte que lhe cabe, certamente de forma progressiva, levando em conta o resultado financeiro conquistado com sua participação no sistema. Um produtor pode não conseguir pagar um técnico sozinho, mas certamente pode arcar com uma fração do custo.

Faz muito tempo que tenho essas propostas prontas. Muitos as consideram utópicas, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E isso pode acontecer se as associações e organizações de engenheiros agrônomos descobrirem que esse pode ser o caminho para o desenvolvimento e a realização profissional digna de seus associados. Quem sabe eu possa um dia me surpreender. 🌱



Divulgação

**Ondino Cleante Bataglia é engenheiro agrônomo formado na ESALQ em 1967, secretário-executivo da Fundação Agrisus e diretor-presidente da empresa Conplant Consultoria.*



Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

GESTÃO PARA O TRIÊNIO 2015 – 2018

Presidente Angelo Petto Neto
1º Vice-Presidente Henrique Mazotini
2º Vice-Presidente Arlei Arnaldo Madeira
1ª Secretária Ana Meire Coelho Figueiredo
2ª Secretária Taís Tostes Graziano
1º Tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira
2º Tesoureiro Luís Alberto Bourreau
Diretor Celso Roberto Panzani
Diretora Francisca Ramos de Queiroz
Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez
Diretor Luiz Henrique Carvalho
Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
Diretor Nelson de Oliveira Matheus

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud
Antonio Roque Dechen



Órgão de divulgação da Associação de Eng. Agrônomos do Estado de São Paulo

Benedito Eurico das Neves Filho
Cristiano Walter Simon
Fernando Gallina
Guilherme Luiz Guimarães
João Sereno Lammel
José Eduardo Abramides Testa
Luís Roberto Graça Favoretto
Luiz Antonio Pinazza
Luiz Mário Machado Salvi
Marcos Fava Neves
Valdemar Antonio Demétrio
Victor Branco de Araújo
Zuleica Maria de Lisboa Perez

CONSELHO FISCAL

André Luis Sanches
Cássio Roberto de Oliveira
Celso Luis Rodrigues Vegro

Suplentes

Alexandre Marques
André Arnosti
Mauro Celso Sandoval Silveira

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto, Arlei Arnaldo Madeira, Celso Roberto Panzani, Henrique Mazotini, Luis Alberto Bourreau e Taís Tostes Graziano

Coordenação

Nelson de Oliveira Matheus
Tulio Teixeira de Oliveira

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Revisão: Verônica Zanatta

Diagramação e Ilustração: André Pitelli

Foto capa: Base Aérea Militar de Piracicaba, cedida pela Gazeta de Piracicaba

Projeto gráfico: Janaina Cavalcanti

Envie mensagens com sugestões e críticas para a editora: redacaojea@aeasp.org.br

Os artigos assinados e opiniões expressas nas matérias e entrevistas deste veículo não refletem os posicionamentos da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo.

Onda normativa avança sobre os agrotóxicos

Por

Tulio Teixeira de Oliveira

Neste ano de 2017, o setor de defensivos agrícolas vivencia uma quantidade tal de portarias, resoluções, instruções normativas, atos e outros tipos de normas que, realmente, o título deste artigo retrata bem a movimentação nos órgãos responsáveis pelo regramento dos diversos aspectos que regem o registro, o pré e o pós-registro dos produtos envolvidos no controle das pragas.

Essa onda começou a se formar em 2015, quando se deu conta que importantes produtos para a agricultura tropical brasileira poderiam ser banidos se continuasse a prevalecer apenas a avaliação de toxicidade da periculosidade, como hoje se pautam os órgãos avaliadores dos produtos. E, o mais incrível, é que a medição do risco decorrente do perigo da toxicidade ante as possíveis exposições está determinada pelo Decreto 4074/2002 (art. 95, alínea III), a ser efetivado em seus procedimentos e rotina até 31 de dezembro de 2012. Até esse momento, essa ordem vem sendo descumprida pelos órgãos responsáveis pelo registro.

Dessa tomada de consciência veio a corrida para ajustar as normativas de registro. Ao final do ano passado, tínhamos três Consultas Públicas da Anvisa para atualizar a Avaliação Toxicológica da Periculosidade e outra do Ibama visando normatizar a Avaliação de Risco para Polinizadores. Não se pode esquecer que o MAPA iniciou um processo de Reavaliação Agronômica e expurgou uma série de produtos com baixa eficiência para o controle da ferrugem da soja, fato que causou muita polêmica.

Em 2017, a onda efetivamente se encorpa, primeiro com a Instrução Normativa nº 2 do Ibama sobre Avaliação de Risco para Polinizadores e com a Anvisa disponibilizando um formulário para as empresas trabalharem a reclassificação toxicológica de seus produtos de acordo com as diretrizes da Consulta Pública 261.

Em seguida, o MAPA publicou a Instrução Normativa 16 para que as próprias empresas insiram seus rótulos e bulas no sistema eletrônico Agrofit, que é governamental. Essa mesma IN introduz a obrigatoriedade de incluir nos rótulos a simbologia internacional do modo de ação de cada ingrediente constante no produto. Um grande avanço de comunicação. A própria Reavaliação Agronômica em curso requer adaptações de rótulos e bulas em muitos produtos. E, ainda, as regras relativas a aspectos de experimentação e pesquisa

merecem atualizações, e o MAPA já está trabalhando nisso também.

No caso da Anvisa, são aguardadas a qualquer momento as transformações das 3 CPs em Resoluções, para vigência das proposições:

- IN 260 – Critérios e exigências para avaliação toxicológica;
- IN 261 – Informações toxicológicas para rótulo e bula. Haverá a adoção do GHS (Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos). Frases de comunicação de perigo desse GHS serão adotadas;

- IN 262 – Critérios para Classificação Toxicológica e regras para Comparação da Ação Tóxica entre produtos para um mesmo fim. As categorias de produtos do Sistema GHS vão prevalecer, porém haverá uma adaptação para que as nossas tradicionais faixas de rótulo (vermelha, amarela, azul e verde) sejam devidamente aproveitadas.

Enquanto essas CPs não saem, a Anvisa apresentou a Consulta Pública 284 para os procedimentos simplificados da avaliação toxicológica, a qual precisou de uma reunião com as empresas para explicar a “simplicidade” ali exposta. Também submeteu a exame a Consulta Pública 213 para rever os procedimentos de Reavaliação Toxicológica.

No aspecto ambiental, o Ibama nem deixou esfriar as tarefas da IN 2 – Risco aos Polinizadores e já publicou uma consulta pública sobre a comparação da ação tóxica ao meio ambiente entre produtos registrados para o mesmo fim. E anunciou que está por vir uma normativa para avaliação ambiental de risco referente aos seres aquáticos.

Observe o leitor que a avaliação de risco efetivamente avança no Ibama, enquanto a Anvisa ainda ajusta sua avaliação de periculosidade antes de promover a avaliação de risco.

Mas o certo é que a onda já chegou às empresas registrantes de produtos e os departamentos de registro enfrentam grandes desafios para cumprir as novidades regulatórias e ajustar todos os rótulos e produtos. 🙌

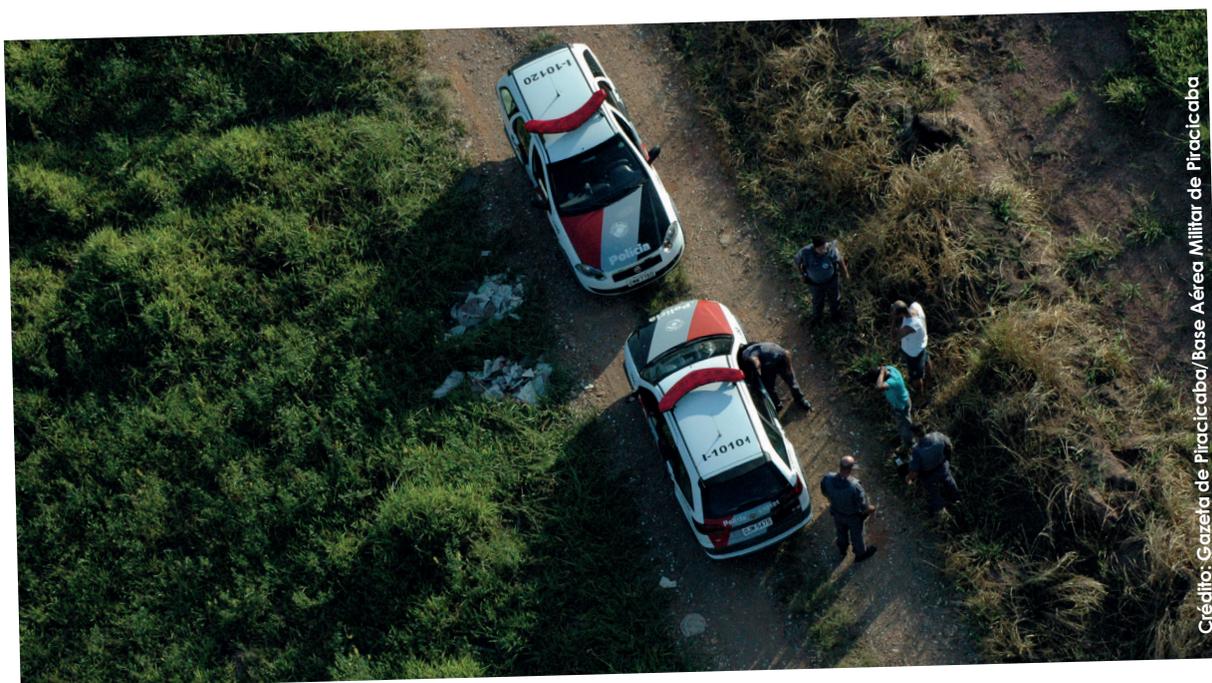
**Eng. Agr. Tulio Teixeira de Oliveira é diretor-executivo da AENDA
www.aenda.org.br | aenda@aenda.org.br*



CRIMINALIDADE RONDA ZONA RURAL

Roubos e furtos preocupam proprietários de sítios e trabalhadores; alguns repensam modelo de negócio e migram para a área urbana

Por
Caroline Rodrigues



Crédito: Gazeta de Piracicaba/Base Aérea Militar de Piracicaba

Eram 5h30 da manhã quando um funcionário do engenheiro agrônomo Paulo Anania saía da propriedade na área rural de Rio Claro e foi abordado por bandidos. Os criminosos levaram a caminhonete e o fizeram refém até liberá-lo na estrada.

Não foi a única vez que Anania foi atingido pela criminalidade. No ano passado, um de seus tratores foi levado em um assalto na fazenda onde prestava serviço. Nesse caso, a invasão foi noturna. “Por sorte, o trator do dono da fazenda tinha rastreador, então conseguimos localizar e recuperar”, conta, ao lembrar que o trator já foi roubado e recuperado quatro vezes.

Também em 2016, o sítio do presidente do Sindicato Rural de Rio Claro, Ricardo José Schmidt, foi assaltado três vezes. Em uma delas, levaram trator, carreta e ferramentas.

Esses são alguns casos ocorridos em Rio Claro, município do interior paulista, próximo a Campinas, onde a criminalidade assusta os moradores e proprietários de sítios e fazendas nas zonas rurais. “Duvido você encontrar um produtor rural – em Rio Claro são cerca de 1,3 mil produtores – que não tenha sido roubado e furtado”, desafia Schmidt.

Segundo um levantamento da seção operacional do 37º Batalhão de Polícia Militar do Interior (BPMI) sobre os crimes contra patrimônio na área rural de Rio Claro realizado para esta edição do *Jornal do Engenheiro Agrônomo*, de janeiro a junho deste ano, foram registrados 12 furtos e 18 roubos, sendo que, no mesmo período do ano passado, a proporção era de 15 e 24, respectivamente. Porém, o capitão da Polícia Militar e comandante da 7ª Companhia de Polícia Militar Ambiental, Marcos José Pereira, informa que houve diminuição dos casos. “Observamos que houve uma redução de 20% nas ocorrências de furtos e de 25% nas ocorrências de roubos.” Segundo o militar, o fato decorre da aplicação de medidas de policiamento preventivo, previstas no plano de policiamento inteligente.

No entanto, na comunidade, a sensação é a de que a insegurança cresceu. “Rio Claro, Araras e Leme são redutos de ladrões. Hoje, o principal motivo do êxodo rural é a falta de segurança. Não é econômico, social ou falta de educação e escola”, desabafa Schmidt.

O presidente do Sindicato Rural de Leme, Orlando Sbrissa, compartilha a opinião de Schmidt, e define como difícil e complicada a questão da criminalidade no município, onde roubos



Divulgação/Codasp



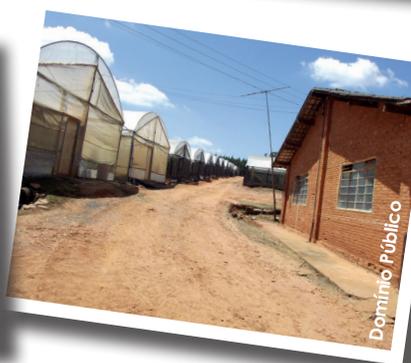
Divulgação/PMSP



Domínio Público



Divulgação/PMSP



Domínio Público



Foto cedida para divulgação

e furtos aumentam aos olhos da população. “O produtor rural se sente desprotegido”, lamenta. Em Leme e Araras, os produtores também estão deixando a área rural.

Já em Piracicaba e região, que possuem 20 mil quilômetros de estradas rurais, segundo o presidente do Sindicato Rural, Arnaldo Antonio Bortoletto, a criminalidade está estabilizada. Aproximadamente 5% da população de Piracicaba mora na área rural.

Embora não haja um estudo sobre as possíveis causas para a insegurança no interior paulista, na visão do capitão da Polícia Militar, as características das áreas rurais, como extensão geográfica, a grande malha viária (estradas rurais e caminhos), a facilidade de acesso a vários municípios da região, o isolamento das unidades rurais (vizinhos distantes) e a falta de comunicação eficiente (sinal de telefonia) chamam a atenção dos infratores.

Alvos e estratégia

Em Rio Claro, as propriedades rurais sofrem com roubo e furto de safra, colheita de café, gado e maquinários agrícolas, como tratores e veículos.

De acordo com registros da polícia, o alvo geralmente são as pequenas propriedades rurais, sendo que entre os itens mais roubados estão veículos, eletrodomésticos, máquinas agrícolas e animais (bovinos).

“Roubo de gado tem de monte. Muitos não fazem boletim de ocorrência porque é constante”, comenta Nelson Donizeti Viel, presidente do Sindicato Rural de Araras. Porém, no município, o maior alvo são as máquinas agrícolas. A cada três meses, tem-se a notícia de um roubo. “Prende-se o caseiro. Deixam a família dele amarrada. Permanecem no local durante cerca de quatro horas até carregarem todas as máquinas. Limpa-se a casa. Tudo isso

com uma arma na cabeça. É um crime muito violento”, relata Viel, que também foi assaltado à mão armada em plena luz do dia.

Algumas estratégias dos bandidos são conhecidas. Os tratores roubados, por exemplo, são levados para o meio do mato e deixados embaixo de uma árvore por alguns dias. Caso ninguém vá atrás, é sinal de que não tem rastreador instalado e só depois são transportados ao destino final. Em alguns casos, eles encontram o equipamento e retiram. É senso comum que as máquinas são roubadas sob encomenda, ou seja, já existe um receptor.

Bortoletto observa que a ação dos bandidos indica que eles vão antes e conhecem o movimento do local. “Eles estão atrás de máquinas grandes, vão com caminhão e rendem toda a colônia. As máquinas não têm documento, não são como carros que têm documentação.”

Algumas máquinas são recuperadas. No geral, a orientação é contratar um seguro. “Não dá para deixar três tratores acima de R\$ 100 mil cada ou uma colheitadeira, de R\$ 500 mil, sem seguro. Além do roubo, também pode acontecer um incêndio”, alerta o presidente do sindicato de Piracicaba, em cuja cidade os ladrões também costumavam roubar os defensivos agrícolas. Por isso, hoje, os produtores já não armazenam e compram o suficiente para o uso.

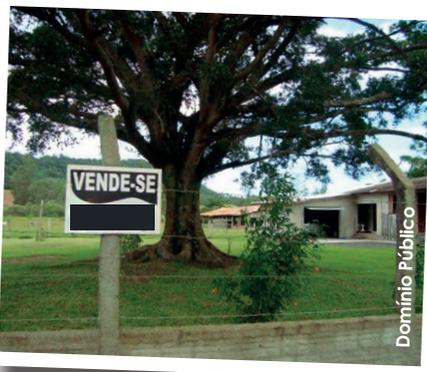
Medidas adotadas

Diante da situação, os tratores de Paulo Anania ficam guardados na área de produção mantida por ele na cidade. “No sítio, não deixo mais. Eu ainda tenho essa possibilidade e as demais pessoas que não podem, como é que fazem?”, indaga.

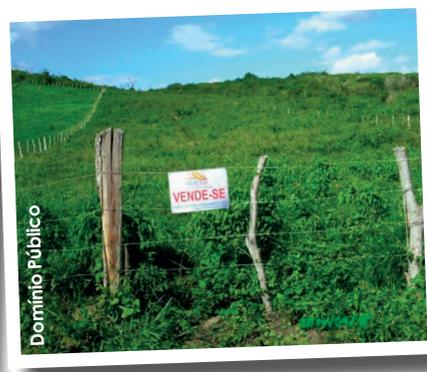
Embora haja uma patrulha rural em Rio Claro, há uma mobilização dos produtores rurais para clamar por mais segurança junto aos órgãos locais. “O produtor rural, além de tudo o que sofre



Divulgação/PMSP



Domínio Público



Domínio Público

neste país, agora não tem paz de ficar na sua propriedade, com a sua família. É um sentimento de impotência muito grande e insegurança, por não conseguir dormir à noite sossegado em uma propriedade sua”, queixa-se Schmidt.

No entanto, o presidente do sindicato de Rio Claro diz que está esperançoso porque o vice-prefeito da cidade é o coronel Bellagamba (PTB). “O prefeito (Juninho da Padaria (DEM)) está ciente da problemática. O próximo passo é termos alguém que priorize a área rural.” Os membros do sindicato integram o Conselho de Desenvolvimento Rural de Rio Claro e, durante a posse da diretoria, em junho deste ano, o prefeito disse que o objetivo é atacar a violência na zona rural.

Enquanto alguns fazendeiros permanecem com a rotina, outros partem para medidas paliativas, tais como não deixar o funcionário morar e alterar a atividade para que não demande um trabalho diário na propriedade. Há também aqueles que vendem ou desmancham as casas, arrendam o terreno para a usina e fazem plantação de cana. “Acabam até abrindo mão do projeto de trabalho”, comenta Anania, cuja intenção é negociar a sua área e concentrar a produção na cidade. Dois motivos influenciaram a decisão de colocar a propriedade à venda: a crise e a onda de violência que assola a região.

Enquanto não se consegue coibir a criminalidade, os proprietários de sítios e fazendas investem em prevenção. Algumas fazendas mais estruturadas pagam por uma segurança 24 horas, outras colocam sistemas de alarme, trancas, porteira.

“Recomendamos aos produtores estarem muito atentos e não deixarem as máquinas em qualquer lugar e procurar um abrigo para dificultar a ação dos bandidos. Além disso, avisar os vizinhos para, em caso de anormalidade, fazer o comunicado”, comenta Arnaldo Bortoletto.

Na visão de Nelson Viel, todo o Estado de São Paulo vive um momento delicado quanto ao número de policiais efetivos, em decorrência de aposentadoria. “Muitos policiais não conhecem a área porque Araras tem mais de 500 quilômetros de estradas rurais. É difícil eles patrulharem, ainda mais quando não conhecem a área rural, que não tem placa, a estrada é de terra, e não tem algo que notifique o local.”

Por isso, em Araras, há uma mobilização para implementar um mapeamento das propriedades rurais por meio de GPS, trabalho já realizado pelo Estado de São Paulo. “Esse mapeamento será entregue para a polícia, corpo de bombeiros e ambulâncias. Ao clicar no GPS, eles poderão ir diretamente para cada propriedade. Será muito bom porque vamos numerar cada uma. Temos mais de cem propriedades com o nome de sítio Santo Antonio, como vamos informar só pelo nome?”, indaga Viel. A ideia é que, além do nome do sítio, tenha-se as coordenadas da propriedade, o que facilitará o trabalho da polícia.

Combate ao crime

Para manter-se próxima à comunidade, além do policiamento ostensivo realizado diariamente pelas Patrulhas Rurais e Polícia Militar Ambiental, a Polícia Militar do Estado de São Paulo desenvolve atividades periódicas com os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs). Neles, os comandantes das companhias da Polícia Militar realizam mensalmente reuniões com a comunidade, que leva suas demandas para os gestores do policiamento na região, para serem inseridas no plano do policiamento preventivo ostensivo.

Conforme o capitão Pereira, o aumento da segurança nas unidades rurais pode ser alcançado com medidas individuais e coletivas. “A implantação de Conselho Comunitário de Segurança Rural para proporcionar o contato mensal dos comandantes das companhias de policiamento com os moradores das áreas rurais e a discussão das demandas de segurança dos moradores com o gestor de segurança pública local, a implantação do projeto “Vizinhança Solidária”, formando grupo de moradores nas redes sociais para difundir informações relativas à segurança individual e coletiva (pessoas estranhas na região, veículos suspeitos, etc.), bem como informações rápidas aos órgãos de segurança para prevenção e repressão imediata de delitos”, sugere.

Ele ainda explica ser necessário fortalecer as ações de prevenção primária de crimes, ou seja, a adoção de medidas que não estão diretamente ligadas à área de segurança, mas interferem na segurança de determinado local e favorecem a ação dos criminosos e a ocorrência do delito, tais como iluminação pública, limpeza de vias, instalação de câmeras, dentre outros fatores. 🚒

CULTIVAMOS INOVAÇÃO

EM UM PLANETA DE QUASE 10 BILHÕES DE PESSOAS, O DESAFIO DE PRODUZIR ALIMENTOS EM UMA ESCALA JAMAIS VIVENCIADA EM OUTRO MOMENTO DA HISTÓRIA HUMANA SE TORNOU A GRANDE META DA AGRICULTURA MODERNA. SOMENTE COM MUITA PESQUISA E TECNOLOGIA AUMENTAMOS A PRODUTIVIDADE DE MANEIRA SEGURA, PRESERVANDO A SAÚDE DAS PESSOAS E O MEIO AMBIENTE, COM MAIS QUALIDADE E EM MENOS ÁREA PLANTADA. TEMOS ORGULHO DE FAZER PARTE DA CADEIA DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL, QUE VEM NOS ÚLTIMOS ANOS TRANSFORMANDO OS RESULTADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA E NOS TORNANDO UM DOS PRINCIPAIS EXPORTADORES MUNDIAIS. TEMOS AINDA MAIS ORGULHO, EM VER TODA ESSA INOVAÇÃO MATERIALIZADA NO PRATO DE BILHÕES DE PESSOAS NO BRASIL E NO MUNDO. TODO DIA.

WWW.ANDEF.COM.BR



José Maria Ferreira Jardim da Silveira

Engenheiro agrônomo, economista e pesquisador científico, ele fala dos cenários da agricultura no país

Por

Adriana Ferreira



José Maria Ferreira Jardim da Silveira é engenheiro agrônomo, formado pela ESALQ-USP em 1976, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), possui mestrado e doutorado em teoria econômica pelo Instituto de Economia da mesma instituição (Capes, nível 6).

Sua principal área de pesquisa é economia da inovação, com foco em agricultura, biotecnologia e bioenergia, mas também atua na avaliação de políticas sociais, utilizando em ambos os temas enfoques evolucionistas e de redes sociais.

Filho de um militar e de uma funcionária pública, criado na cidade de São Paulo, não gostava de viver na capital, sempre teve interesse pelas questões ambientais e, aliado a isso, o prestígio da ESALQ o levou para a agronomia.

Ele é membro do Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental (NEA) do IE/Unicamp e do conselho científico do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Energéticas (Nipe). Pesquisador principal do projeto BBSCR, com pesquisadores da Universidade de Bath, no Reino Unido, coordena um projeto do BE-Basic/Fapesp, junto com pesquisadores da Universidade Técnica de Delft, Holanda, ambos na área de economia da bioenergia. Ainda faz parte do comitê diretor do International Consortium of Applied Bioeconomy Research (Icabr) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com uma vasta produção acadêmica, é também um dos autores do livro *O Mundo Rural no Século XXI*, juntamente com os demais professores Zander Navarro, Antonio Marcio Buainain e Eli-seu Alves. Ele revela nesta entrevista sua visão sobre a agronomia brasileira e seus desafios, com destaque para as áreas que estuda.

■ Como foi seu início de carreira?

Fiz um ensaio para trabalhar no Vale do São Francisco, na fazenda Ouro Verde, que produzia uvas de mesa piróvano. Era realmente desafiador, mas logo decidi-me por fazer o exame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), para pós-graduação em economia e ingressei no mestrado do Instituto de Economia da Unicamp, que era muito disputado e prestigioso à época.

■ Por que enveredou para o caminho da economia?

Minha atividade como líder estudantil também me fez “mudar” um pouco para esse lado. Todavia, os professores Hofmann (da ESALQ), José Graziano da Silva (hoje presidente da FAO) e a professora Angela Kageyama foram decisivos para que eu decidisse fazer o mestrado. Vale lembrar que na ESALQ, no curso de

graduação em agronomia, você recebe toda a base para ser um bom economista. Fiz as disciplinas de estatística, fiz macroeconomia, micro e três cursos de matemática, sendo vários cursos em que a matemática aplicada era muito próxima da que os economistas usam hoje, como otimização dinâmica, no curso de microclimatologia. Isto me convence que um bom curso de graduação na área de engenharia é uma excelente base para fazer pós-graduação em economia.

■ O senhor realiza um estudo sobre as patentes mundiais na área de bioenergia. Qual o objetivo desse trabalho e o que já foi possível constatar a respeito dos trabalhos desenvolvidos no segmento?

A professora Maria Ester Dal Poz e eu começamos a trabalhar com redes de patentes e de citações de artigos em organismos geneticamente modificados. Mostramos duas coisas interessantes: a) a criação de barreiras aos concorrentes pelas firmas inovadoras começa muitos anos antes de o produto ser lançado no mercado, exigindo um planejamento de pesquisa que só grandes empresas inovadoras têm. b) a regulação da biotecnologia interage com os direitos de propriedade e reforça o poder das grandes empresas. Com o tempo, as pequenas empresas inovadoras são adquiridas pelas grandes corporações, configurando um setor que, se por um lado é dinâmico e inovador, por outro, tem grande influência sobre o que ocorre na agricultura.

■ Foi então que vocês se perguntaram se o mesmo não ocorreria na área de bioenergia?

Sim. As inovações nessa área ainda estão no início e várias firmas inovadoras, como a Amyris, Terra Via, Granbio, Mascoma, Iogen, não estão consolidadas no mercado, sendo, portanto, pioneiras, mas já estabelecem relações de várias maneiras com grandes empresas. Analisamos também a relação entre a produção acadêmica e patentes e tentamos evidenciar como as pesquisas de institutos de pesquisa e universidades dão suporte a futuras inovações. Por exemplo, a liderança do Brasil na área de bioenergia a partir da cana-de-açúcar garantirá que o país tenha um futuro de destaque nas inovações da área? Isto ainda não está claro. Também desenvolvemos e aplicamos novas metodologias, sendo o uso da teoria das redes uma das mais importantes.

■ E qual o cenário e as perspectivas para o segmento da bioenergia do Brasil?

O cenário é favorável para os próximos 30 anos, na minha

opinião. Está ficando claro que estaremos alinhados com as diretrizes que irão tornando o carro com motor à explosão algo tão ultrapassado quanto um CD ou uma máquina de escrever. O Trump está apenas esperneando ao tentar defender os interesses do setor de petróleo. Na Califórnia, o carro misto é uma realidade. Temos de reforçar nossa posição quanto aos impactos ambientais das baterias, pois foram provados os efeitos favoráveis sobre o ambiente do etanol de cana-de-açúcar, assim garantimos a posição de combustível leve avançado nos EUA.

■ **O senhor estudou os sistemas produtivos de pequenos produtores de algodão no Brasil. Quais foram as principais constatações dessa pesquisa?**

O pequeno produtor de algodão quase foi extinto. Em certas regiões, como no norte de Minas, há ações interessantíssimas de recuperação do cultivo, como sendo uma *cash crop* importante, uma demanda dos agricultores. Notamos que tecnologia é fundamental. Pequeno agricultor de algodão precisa de sementes tolerantes a herbicidas, mas com preços favoráveis, e de usinas de beneficiamento para escalas menores. A pesquisa de controle do bicudo é fundamental. A Embrapa avançou nisto até um certo ponto, mas não deu o passo final, pois o mercado de sementes de algodão é muito restrito. Tecnologia não avança sem condições favoráveis de mercado e de políticas.

■ **Há exemplos de agricultores familiares que estejam se saindo bem?**

A experiência da cooperativa de cotonicultores do norte de Minas, com sede em Catitu, é muito interessante. Eles buscam a intensidade tecnológica, mas de tecnologias bem adaptadas, como controle integrado de pragas e registro de ocorrências, além do uso de sementes geneticamente modificadas. As cooperativas do Paraná também têm forte conhecimento de como controlar favoravelmente as tecnologias para que os pequenos agricultores progredam sem correr riscos desnecessários.

■ **Alguns teóricos defendem que não será possível manter as futuras gerações de pequenos agricultores no campo, que o êxodo dos mais jovens deve continuar. O senhor concorda?**

No livro *O Mundo Rural no Século XXI*, o capítulo do professor Alexandre Gori Maia, do IE-Unicamp, mostra que o êxodo existe, bem como as dificuldades de certas regiões/cultivos para serem competitivos. Todavia, a mecanização avança no campo e, com ela, jovens empreendedores que usam a genética usarão os conhecimentos da agricultura de precisão para fazer uma agricultura competitiva e de alta produtividade do trabalho. Agora, há um novo mercado de produtos de alta qualidade que gera empregos, aproximando o consumidor do produtor do campo, seja em café, seja em cervejas artesanais, queijos, doces, frutas. Também a preocupação com a saúde vem diversificando o consumo, gerando novas oportunidades e desafios para a pesquisa. A pesquisa precisa de desafios, pois novas tecnologias existem e já estão sendo preparadas desde que encontrem estruturas gerenciais muito distintas das fazendas tradicionais.

■ **O que é preciso fazer para salvar do atraso e da subsistência grande parte dos pequenos produtores?**

Aí é mais difícil. Um país que, em certas regiões, tem áreas médias próximas a 1.000 hectares tem problemas sociais sérios. Existem enormes disparidades regionais que fazem com que políticas sociais amplas, como o Pronaf, só funcionem naquelas em

que existe melhor organização no campo. Também é importante levar em conta a aptidão agrícola e parar de incentivar a agricultura em regiões em que há fortes problemas climáticos. A experiência da reforma agrária provou ser custosa em muitas regiões, por força dos condicionantes a ela impostos, muito frágeis.

A regulação ambiental cumpre um papel importante e as cadeias de valor vão crescentemente incorporando esses valores que, se bem usados, geram situações ganha-ganha, pois favorecem a qualidade e certos manejos intensivos em trabalho qualificado. Um tipo de educação específica e mais pragmática é fundamental para a melhoria das condições no campo. Isto é um desafio enorme sobre um fracasso gigantesco de todos os governos passados.

■ **Uma das constatações em seu artigo é a dependência dos agricultores das instituições de apoio. Nesse contexto, como analisa a extensão rural?**

Volto ao livro citado acima e também aos trabalhos do prof. Zander Navarro. É preciso despolitizar a extensão rural, no sentido da captura que políticos locais exercem sobre ela. É preciso criar um tipo de extensão dinâmica em que prestadores de serviços tecnológicos (por que não a própria Monsanto) competem entre si e o agricultor e suas organizações tenham um poder de agenciamento sobre o que vai ser feito. A visão de transferir conhecimento para agricultores que o tomam passivamente ou a visão de somente atuar quando houver uma consulta pontual deve acabar rapidamente. Em muitas cadeias produtivas, o principal problema é o estrangulamento feito por um tipo predatório de agroindústria. Isto ocorre na laranja e no setor de carnes.

■ **Qual o papel da pesquisa pública no país, em sua visão?**

A pesquisa pública deve ser um animador nas duas pontas. De um lado, atualizando-se e postulando um cenário futuro. Pode ser também comercializadora de tecnologias que habilitam a construção de novas tecnologias. Também deve ser um gestor de bens públicos, como os bancos de microrganismos, que minha amiga e ex-colega Mariangela Hungria da Cunha, na Embrapa, faz com maestria. Por outro lado, deve ser um facilitador de arranjos do setor privado que transcendam a ideia de que 'da porteira para dentro mando eu', facilitando a integração, criando políticas de poder de compra que sejam o estopim da adoção de novas tecnologias e de novos padrões empresariais. Mas a pesquisa não deve produzir nada, nem tentar competir em nenhum mercado.

■ **Que desafios o Brasil precisa vencer para atender à demanda crescente por alimentos no mundo?**

Temos que: a) melhorar drasticamente a organização da prestação de serviços tecnológicos; b) usar os celulares e as tecnologias de informação para reduzir o uso de insumos, diminuir o impacto ambiental da agricultura e favorecer a criação de um serviço de aluguel de máquinas, eliminando as ineficiências derivadas da compra de máquinas e equipamentos por pequenos agricultores; d) viabilizar as biorrefinarias e a difusão das energias alternativas (solar e eólica), inclusive como alternativa para a agricultura em áreas sem aptidão; e) aumentar a produtividade da pecuária e recuperar áreas degradadas; f) criar um sistema de seguro rural que funcione e tornar o crédito rural mais flexível e adaptado às distintas realidades empresariais do campo; g) treinar mão de obra rural de forma intensa, vinculando-a à prestação de serviços tecnológicos. Muitos desafios, portanto. 

Legado reconhecido

Homenagem póstuma ao pesquisador Eduardo Castanho Iota o auditório da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo

Por

Adriana Ferreira



fotos: Ascom - SAA e IEA

A AEASP e o Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), realizaram uma homenagem ao engenheiro agrônomo Eduardo Pires Castanho Filho, falecido em fevereiro deste ano.

Os organizadores entenderam que a melhor forma de reverenciar a memória do colega seria lançando o livro *São Paulo: do desmatamento às novas fronteiras – 1980-2015*, organizado por Castanho e Mário Olivette e que conta com a colaboração de vários engenheiros agrônomos. A obra expõe a história do uso do solo paulista nas últimas quatro décadas.

“O livro chegou até nós quando já havia ocorrido seu passamento. E era um desejo dele, confidenciado a todos nós, fazer este lançamento”, revelou o diretor do IEA, Celso Vegro.

No meio da tarde, o auditório da SAA ficou lotado de autoridades, colegas de trabalho e de faculdade, admiradores e familiares, que foram prestigiar o evento. O secretário de Agricultura, Arnaldo Jardim, o diretor do IEA, Celso Vegro, o presidente da AEASP, Angelo Petto Neto, os ex-secretários de Meio Ambiente e da Agricultura Francisco Graziano e Walter Lazzarini Filho foram alguns dos presentes.

A ideia do livro surgiu a partir de uma “conversa entre amigos” sobre a atual situação da agricultura e do meio ambiente, como lembrou o coautor do livro, Mário Olivette. “Havia tanto conheci-

mento reunido ali que resolvemos documentar, sistematizar os trabalhos de uso e ocupação do solo paulista, estudos que relatam o aumento das florestas plantadas ou não”, disse.

A afinidade entre os pesquisadores foi imediata. “O Castanho compreendia minhas ideias. Sabia como colocar no papel. Unimos a base científica com a questão da existência de uma nova fronteira da ciência e eficiência, o que deu nome ao livro”, finalizou Olivette.

O secretário Arnaldo Jardim destacou a atuação do pesquisador em ações como o primeiro manejo integrado de florestas de caixeta, estratégico para o desenvolvimento do Vale do Ribeira. “O Castanho sempre enriqueceu a história e atuação da Secretaria com seu conhecimento. Era apaixonado pela ciência, preconizou e contribuiu muito com o setor”, afirmou.

Formado pela ESALQ em 1970, com pós-graduação em economia pela Unicamp e planejamento rural pela Universidade de Montpellier, Drepo, como era conhecido entre os colegas, acumulou vasta experiência em pesquisas e serviços relacionados ao meio ambiente e políticas públicas, sendo pesquisador científico do IEA por 40 anos. O profissional ainda exerceu cargos em governos e em entidades associativas, foi chefe de gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento, criador e diretor-executivo da Fundação Florestal e diretor da AEASP na década de 1980.



Memória

O diretor do IEA relatou que Castanho foi um parceiro muito próximo nos últimos anos de sua vida, pois retornou para o instituto depois de ficar muito tempo afastado. “Era uma pessoa extremamente afável e de cultura ampla. Inclusive um habilidíssimo produtor de haicais, o que mostrava a sua sensibilidade. Ele também se preocupava em transmitir conhecimento às suas equipes de trabalho e disseminar o acúmulo de saberes que cultivou ao longo de sua carreira”, contou Vegro.

Antonio Carlos Macedo fez um longo discurso sobre a trajetória de seu amigo. Em sua opinião, Drepo tinha algumas qualidades raras. “Primeiro a capacidade em agregar, de conversar com todo mundo, independentemente da origem, da opinião política ou da opinião técnica. Ele ouvia a todos, tratava a todos muito bem. Basta ver a quantidade de pessoas hoje aqui presentes. Ele não se conformava também com o senso comum. Era um investigador metucioso.” Macedo acrescentou que o livro é uma forma que Castanho encontrou de participar do futuro e que ele fará muita falta.

Escolhido para falar em nome dos colegas de turma da ESALQ de 1970, Ossir Gorestein, cujo apelido dos tempos da faculdade é Barraca, apresentou um vídeo com as principais entrevistas dadas pelo engenheiro agrônomo a veículos de imprensa. Emocionado, destacou: “O Drepão era extraordinariamente estimado e

considerado pela sua turma”.

“Ele foi o primeiro pesquisador que trabalhou as questões ligadas à conservação na área florestal. Foi um professor e um pioneiro, que todo mundo seguiu”, assim o ex-secretário de Meio Ambiente Francisco Graziano definiu Castanho.

Amigo de Drepo desde os tempos da faculdade, colega de trabalho e companheiro de militância política, Walter Lazzarini diz que Castanho sempre foi um amigo e um profissional exemplar, e um cidadão muito consciente. “A homenagem a ele é absolutamente merecida. Mesmo depois de nos deixar, de forma tão precoce, ele ainda nos brinda com mais um trabalho.”

Marcelo Chaves, que trabalha na ouvidoria da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), também conviveu bastante com Castanho e conta que ele era uma pessoa alegre: “Gostávamos de cozinhar. Ele fazia muita ostra, camarão, gostava de tomar cerveja e de se divertir. A gente contava muitos casos. E, profissionalmente, claro, era muito competente”.

Ao final da cerimônia, o diretor da AEASP, Nelson de Oliveira Matheus, e o vice-presidente, Arlei Arnaldo Madeira, fizeram a entrega de uma placa em homenagem ao pesquisador, além de entregarem exemplares do livro à sua esposa, Sílvia Castanho, aos filhos, Guilherme e Renata, e à sua mãe, dona Julieta. 🍂

Simple e eficiente

A Anotação de Responsabilidade Técnica garante benefícios para o profissional e para a categoria

Instituída pela Lei nº 6.496/77, a Anotação de Responsabilidade Técnica, mais conhecida pela sigla ART, caracteriza legalmente os direitos e as obrigações entre profissionais do Sistema Confea/Crea e quem contrata seus serviços técnicos, além de determinar a responsabilidade do profissional acerca do serviço prestado.

A ART é um documento constituído por formulário padrão a ser preenchido pelo profissional devidamente habilitado, com registro no Crea de seu Estado. Todo contrato escrito ou verbal de execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea deve gerar uma ART. Portanto, nenhuma obra ou serviço pode ter início sem o documento, conforme Resolução nº 1025/09 do Confea.

Quando o profissional for contratado como autônomo, ele deve efetuar o pagamento da taxa da ART. No caso de profissional com vínculo empregatício, cabe à pessoa jurídica empregadora a responsabilidade pelo pagamento da taxa de ART, que deve ocorrer na data da nomeação ou assinatura do contrato.

A ART define, para efeitos legais, o responsável (ou responsáveis) técnico pela execução de obras/serviços e dá oportunidade para o profissional registrar nos Creas suas obras ou serviços, cargos ou funções, com vistas ao cadastramento de seu acervo técnico, além de caracterizar a responsabilidade técnica específica. Somente é considerada válida a ART quando esta estiver cadastrada no Crea, quitada e possuir as assinaturas originais do profissional e contratante. Também deve estar livre de qualquer irregularidade referente às atribuições do profissional.

Como a ART beneficia a AEASP

No caso dos engenheiros agrônomos, ao preencher a ART, é importante anotar, no campo 31 do formulário, o número 58. Desta forma, o profissional estará ajudando a AEASP a obter mais recursos, que serão revertidos em benefício da categoria agrônômica. Se o emissor deixa o campo 31 em branco, a alíquota não é repassada a nenhuma entidade.



CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo



MUTUA-SP
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

Aprosoja em SP

A cadeia produtiva paulista de soja ganhou mais uma representatividade: a Aprosoja São Paulo. A entidade, ligada à Associação Brasileira de Soja (Aprosoja Brasil), foi lançada durante a 7ª Expam (Exposição Agropecuária da Alta Mogiana), no dia 21 de julho, em Ituverava, e será presidida pelo produtor rural e presidente do Sindicato Rural de Ituverava, Gustavo Chavaglia, que em sua posse ressaltou a necessidade de melhorar a representatividade política e econômica dos produtores de soja paulistas no Brasil.

Para o presidente da Aprosoja Brasil, Marcos da Rosa, a soja está no DNA da produção paulista e precisa ser fortalecida para melhorar os canais de escoamento e estreitar os laços com outros Estados.

Em São Paulo, são plantados cerca de 90 hectares de soja, representando uma produção de 2,5 milhões de toneladas de grãos. A produtividade é de 50 a 60 sacas por hectare.

Cooperação internacional

Em 12 de junho, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNR-IPSP), em parceria com a Universidade de Estudos de Bari Aldo Moro (Uniba-Disspa), organizou um ciclo de seminários sobre *Xylella fastidiosa*, bactéria causadora de doenças em diversas plantas cultivadas, que, atualmente, está afetando a oliveira no Sul da Itália. Um dos palestrantes foi o professor João Roberto Spotti Lopes, do Departamento de Entomologia e Acarologia da ESALQ-USP, que falou sobre “Vetores de *Xylella fastidiosa* no Brasil: ecologia e controle”.

O evento foi realizado na Faculdade de Agricultura da Universidade de Bari Aldo Moro. O professor da ESALQ destacou a importância de sua visita a Bari, para palestrar sobre a *Xylella fastidiosa* e sua transmissão por insetos vetores. “Estamos iniciando um projeto de pesquisa em cooperação com pesquisadores europeus, envolvendo a ESALQ e o IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), com financiamento da Comunidade Europeia e Fapesp, para estudar a *Xylella* em oliveiras e outras plantas hospedeiras, sua disseminação por insetos vetores e formas de controle”, disse Lopes.

Na península de Salento, no extremo Sul da Itália, ocorre uma grave epidemia de *Xylella* em oliveiras, que pode se espalhar para outras regiões e cultivos. “É algo devastador. Oliveiras com mais de cem anos mortas; a doença causa um dessecamento rápido das plantas porque a bactéria entope os vasos do xilema e prejudica o transporte de água para as folhas”, concluiu Lopes.

Formiga-cortadeira

O controle das formigas-cortadeiras, tanto no meio rural quanto nas cidades, é o tema da apostila gratuita do Programa de Sanidade em Agricultura Familiar (Prosaf), do Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. O material orienta sobre o manejo desses insetos, capazes de provocar grandes prejuízos econômicos na agricultura. Pode ser baixado via link: goo.gl/1rPwJ1

A norma e a prática

A NR 31 (Norma Regulamentadora) do Ministério do Trabalho (MT) estabelece requisitos para a organização e o ambiente de trabalho rural, de forma a garantir que as atividades sejam desenvolvidas de modo seguro. A norma é considerada avançada, sendo uma peça-chave para as ações de fiscalização no meio rural.

No entanto, a engenheira agrônoma Ana Meire Coelho Figueiredo, diretora da AEASP, publicou, recentemente, um texto sobre a efetividade de um dos artigos da NR 31, o que trata do uso correto do EPI (Equipamento de Proteção Individual) durante a aplicação de defensivos agrícolas. Por ano, ocorrem cerca de 20 mil mortes no mundo por intoxicações com esses produtos. De acordo com o estudo da engenheira agrônoma, falta um trabalho sério de conscientização para o aplicador, além de fiscalização adequada, que garanta o cumprimento da norma. O artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso, na área de direito, de Ana Meire e foi publicado na revista do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas, edição nº 50/17.

Controle do greening



Criar uma ação integrada envolvendo a cadeia produtiva e o poder público para conscientizar a sociedade sobre a importância do controle do greening (huanglongbing/HLB) e mostrar os impactos da doença, que causa perda de frutos, diminui a qualidade da fruta e reduz a produtividade dos pomares. Essa foi a pauta da primeira reunião do Grupo de Trabalho de combate ao greening, realizado na sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, na tarde de terça-feira (18), em São Paulo.

Foram discutidas ações para manter a doença sob controle e garantir o diferencial de competitividade da citricultura nacional, por meio de incentivo à pesquisa e transferência de tecnologias de manejo, capacitação do produtor rural, fiscalização de pomares abandonados ou mal manejados e revisão da legislação para ter um controle mais eficiente. Para combater a disseminação do vetor é preciso eliminar todos os focos da doença, inclusive fora dos pomares.

Fonte: Ascom/SAA. Texto: Paloma Minke

Eleições no CAC

Em 24 de junho, o Clube dos Agrônomos de Campinas (CAC) realizou eleições para definir a gestão do biênio 2017/2019. Em seu quarto mandato consecutivo, Celso Roberto Panzani continua à frente do CAC como presidente. Ana Meire Coelho Figueiredo foi reeleita para a posição de vice-presidente. No Conselho Deliberativo, foram reeleitos Henrique Mazotini, presidente, e Eurico das Neves Filho, secretário.

EVENTOS

Esalq Show

A ESALQ-USP lança a primeira edição da Esalq Show, evento que deve ocorrer entre os dias 10 e 11 de outubro, durante a Semana Luiz de Queiroz, e terá como objetivo conectar o setor produtivo com a academia, dando visibilidade aos projetos de inovação e serviços oferecidos pela escola. Como uma feira de inovação tecnológica de agricultura, estará estruturada em três pilares: Vitrine Esalq; Espaço Inovar Esalq & Cia.; AgTech Valley Summit. O evento faz parte de um projeto maior, que é o AgTech Valley, iniciativa que organiza o sistema de inovação tecnológica de Piracicaba, região considerada o Vale do Silício na agricultura.

7º Simpósio de Restauração Ecológica

Tendo como tema central "Tecnologia e Avanços", o objetivo principal do 7º Simpósio de Restauração Ecológica, promovido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, por meio do Instituto de Botânica de São Paulo, é discutir as principais tendências quanto ao uso de novas ferramentas para a elaboração de projetos de áreas degradadas.

Tema: "Tecnologia e Avanços"

Quando: de 6 a 10 de novembro de 2017, nas dependências do Instituto de Botânica e no São Paulo Expo, São Paulo – SP.



FUNDAÇÃO AGRISUS agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br



AGRO É TUDO

Humberto Pereira, homem que comanda o programa *Globo Rural* há 37 anos, é também o curador da campanha publicitária que conquistou o país

Por
Adriana Ferreira

Em 1939, começava a Segunda Guerra Mundial. A jovem Belo Horizonte, com apenas 42 anos, vivia um período de expansão. Primeira capital brasileira planejada, teve seu projeto inspirado nas cidades mais modernas do mundo, sendo dividida em três áreas: central urbana, suburbana e rural. Foi no Carlos Prates, bairro da região central fundado por imigrantes italianos, que nasceu Humberto Pereira, nesse mesmo ano.

Filho de um comerciante e de uma dona de casa vindos do interior das Minas Gerais, cresceu junto com a capital e, apesar da infância urbana, subiu em pés de manga e esteve em permanente contato com a cultura, os casos, as tradições e a culinária do interior.

Ainda garoto, testemunhou a partida dos pracinhas brasileiros que foram para a Itália – dentre eles, seu primo – para combater os países do Eixo. Tempos depois, participou dos festejos pela volta dos bravos soldados.

Na adolescência, entrou para a Ordem dos Frades Dominicanos, corrente da Igreja Católica cuja prática religiosa está calcada no

engajamento social e na preocupação com questões políticas, econômicas e culturais. Saiu após dez anos. Nesse período, resistiu ao golpe militar, assim como tantos jovens de seu tempo. Foi amigo dos irmãos Souza, Henfil, Betinho e Chico Mário, e também de Wladimir Herzog, morto pela ditadura, e de quem tem uma foto emoldurada na parede de seu escritório.

Ainda no convento, estudou cinema e passou a manter intensa atividade cultural e política, escrevendo artigos para jornais e revistas. Em maio de 1968, a capa da revista *Realidade* mostra o repórter José Hamilton Ribeiro caído no Vietnã, onde foi atingido por uma mina e perdeu uma perna. Essa edição também traz o artigo de Pereira intitulado “O pecado está mudando”, que tenta mostrar um cristianismo mais atento à injustiça social e à exploração dos pobres do que às questões morais.

Escreveu para *O Estado de Minas*, *O Correio da Manhã*, revista *Bondinho*, dentre outros veículos. “Sempre gostei de ler e tenho um texto razoável. Pode até ter erro, mas escrever bem não é escrever certo.



Quem escreve certo é gramático”, comenta Pereira.

Em 1976, foi para a TV Globo. Trabalhou em todos os telejornais da emissora e, em 1979, paralelamente, atuou na Editora Rio Gráfica Educação, que viria a ser a Editora Globo. Junto com outros colegas, criou e produziu o conteúdo do *Supletivo Primeiro Grau*, posteriormente conhecido como *Telecurso Primeiro Grau*.

Quis desligar-se do jornalismo para se dedicar exclusivamente ao novo projeto educacional. Mas a direção da emissora lhe apresentou três propostas. Duas delas, ele já sabia e não queria: a chefia de reportagem e a editoria do *Bom Dia São Paulo*. Então pediu que lhe falassem apenas da terceira opção. Ao ouvir que se tratava de um novo programa de rede chamado *Globo Rural*, balançou. “Acendeu uma lâmpada dentro de mim”, relembra. Seria um programa exibido para todo o Brasil e o primeiro jornalístico da Globo não sediado no Rio de Janeiro. Encarou o desafio. Exigente, montou uma equipe com profissionais tarimbados. O primeiro apresentador do programa foi Carlos Nascimento.

Exibido aos domingos, a atração começou com meia hora. Seis meses depois, passou para uma hora, devido à enorme audiência e procura por espaço publicitário. O programa *Som Brasil*, com Rolando Boldrin, surgiu na sequência para atender a essa demanda. Em 1985, veio a revista *Globo Rural*, também dirigida por Pereira, com o objetivo de complementar as informações do televisivo.

Passados 37 anos, o programa dominical que leva o universo do campo para as telas bate recorde de audiência nas manhãs de domingo e tem um público bastante diverso.

Além dos profissionais de comunicação, a equipe conta com engenheiros agrônomos e veterinários, que atuam como consultores. E Pereira faz questão de manifestar seu respeito e gratidão por eles. “Gostaria de destacar com muita honra o nome dos engenheiros agrônomos que nos acompanharam nessa longa jornada: João da Costa, engenheiro agrônomo pernambucano; Pedro de Moraes, engenheiro agrônomo mineiro, formado em Viçosa; Manoel Baltasar, paulista, formado em Piracicaba; Chukichi Kurozawa, professor emérito da Unesp-Botucatu, formado em Piracicaba. A eles, o nosso muito obrigado por terem nos ajudado a fazer um *Globo Rural* competente.”

Recentemente, o jornalista, que possui *status* de diretor-executivo na Globo, ajudou a criar uma campanha publicitária setorial, dedicada a mostrar a importância dos agronegócios na vida dos brasileiros. As frases repetidas ao longo de cada propaganda caíram na boca do povo. Agro é pop, agro é tech, agro é tudo! Um sucesso publicitário e comercial. Os *players* do setor agradeceram.

Pereira não gosta de dar entrevistas, mas abriu uma exceção para o *JEA*, “pela consideração que tem aos engenheiros agrônomos”, explica. Apesar da ressalva, é um típico mineiro de fala mansa, contador de causos, com um repertório interminável de boas histórias. Ele conta algumas delas, em um livro da coleção BH. *A Cidade de Cada Um*, onde relata memórias de sua meninice. O jornalista recebeu a equipe do *JEA* em sua sala, apinhada de livros, na sede da Globo em São Paulo. Aqui, um resumo das três horas de prosa.

Qual a explicação para o boom inicial do *Globo Rural*?

Vários fatores convergiram. Primeiro, a televisão acabara de chegar ao campo. Antes, o sinal não chegava e, quando chegava, não tinha energia elétrica. No fim da década de 1970, o governo militar expandiu a rede elétrica e a televisão foi atrás. Mas a programação que as pessoas no interior estavam vendo era de Ipanema, elas não se reconheciam. A ideia do departamento comercial da Globo foi criar um programa em que essas pessoas fossem protagonistas. Escolheram um jornalístico e, depois, veio o *Som Brasil*. Atirou-se no que se via e acertou no que não se via, pois o programa teve uma acolhida extraordinária no meio urbano também.

Como explicar essa aceitação no meio urbano?

Sociologicamente, atribuo isso ao atavismo rural das populações urbanas do Brasil. Tirando as famílias quatrocentonas de São Paulo, que têm um pé na capital e outro numa fazenda de café, gado ou cana, todo o resto das pessoas que estão aqui vem do interior. Tirando a comunidade judaica, que é muito urbana, os imigrantes que vieram para o Brasil saíram do interior de seus países.

Qual o perfil do público do programa?

O público que vê o *Globo Rural* é o que tem televisão em casa. Um pouco mais de mulheres, porque a audiência do programa espelha os estratos sociais que a gente tem, inclusive, ponderações de gênero. Nosso *share* no domingo é o maior da programação na Grande São Paulo. E tem uma turma bem nova que também está vendo.

Que aspecto do jornalismo você considera mais interessante?

No ofício de jornalista, todo dia você aprende alguma coisa. Um funcionário chegou aqui e me disse ‘eu já sei tudo, é tudo igual’. Uma coisa triste. A nossa profissão é de perguntadores. Isso que estou fazendo, dar entrevista, nem gosto de fazer. Mas é porque eu tenho o maior respeito pelos engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Nós temos sempre um profissional de cada área que fazem parte da nossa equipe.

Você seria engenheiro agrônomo?

Eu posso não ter muita certeza do que a gente deve fazer, porque





Imagens: Domínio Público

jornalista que tem certeza não é bom. Mas tenho algumas certezas do que não podemos ser e não somos, não somos engenheiros agrônomos, nem pode passar pela nossa cabeça competir com o engenheiro agrônomo, que é nossa fonte e consultor. Mas não é ele quem faz o produto, o produto é jornalista quem faz. Não somos médicos veterinários, biólogos, políticos da área da agricultura, não somos professores de qualquer cadeira das ciências agrárias. Acompanho a evolução da profissão, porém não sou engenheiro agrônomo, não quero e não posso ser.

Como é a interação da equipe jornalística com os engenheiros agrônomos no programa?

As nossas reuniões são muito interessantes. Todo mundo junto, pode entrar o boy, quem quiser. A gente vê o material que vai ao ar no domingo, já editado. Somos a primeira plateia. Se o veterinário diz que algo não está certo, o editor vai tomando nota das modificações. O nosso veterinário, Enrico Lippi Ortolani, foi diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP até o ano passado e está por dentro de tudo. Às vezes, tem um profissional na fazenda que não está atualizado e diz uma coisa incorreta na matéria. Nesse caso, as palavras dos nossos consultores têm poder de veto. Por outro lado, eles também não podem dar palpite se vou colocar uma frase antes ou depois da outra.

Lembra de alguma controvérsia envolvendo questões técnicas?

A Embrapa de Brasília lançou um capim chamado Andropogon. Um agrônomo de Lavras escreveu uma carta irada para nós, dizendo que esse capim foi trazido para o Brasil na década de 1940, que não deu certo e que a Embrapa vinha com aquela empulhação. O rapaz tinha estudado esse capim, era doutorado. Eu liguei direto para ele e fomos checar. De fato, teve um Andropogon Esquamulatos no passado. Mas aquele que a Embrapa estava trazendo era o Bisquamulatos. Ninguém tinha ideia de que pudesse haver outra espécie daquele capim.

Como é produzir um programa cujas pautas podem estar nos cantos mais longínquos do país?

Temos muito pouco poder de fogo, mas contamos com um banco de pautas muito grande, que é catalogado por época certa para fazer a reportagem, como região, itinerário, fontes determinadas. Não posso ir para a Bahia, por exemplo, para fazer apenas uma reportagem sobre cacau. A equipe tem de voltar com várias pautas, assim a viagem se paga. Posso contar também com todas as afiliadas da Globo, se deu uma geada em Varginha, a equipe de lá faz a imagem e o repórter entra com o boletim. Tenho de contemplar generosamente todas as regiões do país. Não posso ir ao Acre tanto quanto vou ao

Paraná, mas não posso passar dez anos sem ir ao Acre.

Como foi o início da campanha publicitária Agro: A indústria-riqueza do Brasil?

Temos na empresa pessoas que são profissionais do agronegócio. Um dos maiores fazendeiros de café do Brasil hoje é o Roberto Irineu Marinho. O irmão dele, que tem uma cabeça muito ecológica, José Roberto Marinho, tem uma fazenda no Cerrado. O diretor comercial da Globo é criador competente de gado e plantador de soja. O pessoal compreende a importância do agronegócio para o país. Por isso, foi decidido que faríamos uma campanha para, primeiro, valorizar o homem do campo, para ele ter noção da sua importância. Depois, para que o homem da cidade, que é o grande beneficiário de tudo o que acontece no campo, para que o banco, o político, que são beneficiários da economia gerada pelo setor, também tenham a consciência disso. Inclusive, que tudo é feito por brasileiros e não só por máquinas, mas com tecnologia nossa.

E quanto à definição do formato?

Temos um grande diretor de criação chamado Sérgio Valente. Sentei com ele para falarmos do projeto e ele me disse que não poderíamos gastar dinheiro, nem contratar ninguém e deveríamos usar as imagens do *Globo Rural*. Também resolvemos não fazer uma coisa bucólica.

Por que não deveria ser bucólica a campanha?

Tínhamos acabado de fazer uma matéria numa fazenda enorme no interior de Goiás, que tinha uma equipe de quase 40 funcionários. No meio da reportagem, eles falaram: 'não vamos poder atender vocês nos próximos dias porque vai ter a nossa festa junina. Aliás, vocês estão convidados'. O peão vai se preparar para a festa junina, veste uma calça remendada, põe um chapéu remendado, se fantasia de caipira. Se no interior remoto de Goiás uma equipe inteira está se fantasiando de caipira, eles estão tendo um comportamento igual ao dos alunos do colégio Sion, em Higienópolis. Com essa ideia, começamos a criar. O 'agro é pop, agro é tech' é do Sérgio Valente, e eu falei 'o agro é tudo'. Tem tido uma repercussão enorme.

Como o senhor vê a relação entre o agricultor e o meio ambiente?

O fazendeiro depende, para sobreviver, do equilíbrio entre ele e a natureza que está à sua volta. Na verdade, o que a gente chama de meio ambiente está nas mãos dos agricultores. Você desmata 20 campos de futebol da sua fazenda e não recupera aquilo em 120 anos. Se você acaba com os mananciais de água de sítios e fazendinhas na região de Mairiporã para o norte, acaba com a água de São Paulo. E tudo está dentro de sítios e fazendas. O agricultor tem de saber o valor disso e começar a brigar para receber por isso, como acontece nos EUA e na Europa. 🙌

XXX CBA

Fortaleza sediará o maior evento da agronomia brasileira

Com o objetivo de promover debates acerca de temas relevantes para o exercício da agronomia do país, a 30ª edição do Congresso Brasileiro de Agronomia (CBA) será realizada de 12 a 15 de setembro deste ano, no Marina Park Hotel, em Fortaleza (CE).

O tema “Segurança Hídrica: um desafio para os engenheiros agrônomos do Brasil” será amplamente debatido nas palestras, painéis, mesas-redondas e visitas técnicas que compõem a programação do evento. Tendo o Ceará como palco, em 2017, o CBA foca em discussões acerca da problemática da escassez hídrica nacional, em especial no semiárido.

Realizado bianualmente, o maior evento da agronomia brasileira é uma promoção da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab) e, neste ano, será desenvolvido pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Ceará (AEAC), com apoio institucional do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (Crea-CE), da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea (Mútua) e do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará (Senge-CE).

O presidente da Confaeab, Angelo Petto Neto, promotora do evento, comenta: “É algo muito importante, principalmente por ocorrer no Ceará, pois todos sabemos da importância que tem a água na região Nordeste. Vale ressaltar que será um encontro preparatório para o 8º Fórum Mundial da Água, que ocorrerá no Brasil, em março de 2018”, conclui Petto, que também preside a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP).

Esta é a segunda vez que a Terra da Luz sedia o CBA. Em 1971, o Ceará recebeu a sétima edição do evento. Para o presidente da AEAC, engenheiro agrônomo José Flávio Barreto de Melo, trazer o Congresso Brasileiro de Agronomia para Fortaleza, depois de tanto tempo, é de suma importância, pois “temos a oportunidade de deslocar para o Ceará importantes palestrantes de todo o Brasil, fortalecendo alianças estratégicas, para uma maior valorização profissional”.

Inscrições

Para participar do XXX CBA, é preciso efetuar uma inscrição por meio do site www.cba-agronomia.com.br/. Os trabalhos científicos poderão ser enviados até 21 de julho.

12 a 15
SETEMBRO DE 2017
FORTALEZA - CE

XXX CBA
CONGRESSO BRASILEIRO
DE AGRONOMIA

Segurança hídrica:
Um desafio para os Engenheiros
Agrônomos do Brasil

EIXO TEMÁTICO 2:
POLÍTICA PROFISSIONAL
PALESTRA 1:
Formação profissional:
Dinamicidade e amplitude
Dia 13 de Setembro as 10h00min

www.cba-agronomia.com.br

PROMOÇÃO: CONFAB 90 ANOS

REALIZAÇÃO: AEAC ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO CEARÁ

APOIO INSTITUCIONAL: CONFEA, CREA-CE, MUTUA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, SENGE-CE

APOIO: FAEC, SENAR, GRUPO TELLES

PATROCÍNIO OURO: GNS

ORGANIZAÇÃO: I&O NE



XXX CBA

CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA

Segurança hídrica
Um desafio para os Engenheiros
Agrônomos do Brasil



12 a 15

SETEMBRO DE 2017

FORTALEZA - CE

LOCAL



www.cba-agronomia.com.br
www.facebook.com/CongressoBrasileiroDeAgronomia

